

## **ACTA NÚMERO 24/XII/ 1.ª SL**

Aos 7 dias do mês de Dezembro de 2011, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala do Senado do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

### **I PARTE**

**09h00**

Audição do Senhor Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, Dr. Miguel Morais Leitão, antes do Conselho Europeu de 9 de Dezembro

[Nos termos do estatuído na alínea c) do n.º 1 do Artigo 4.º da Lei 43/2006, de 25 de Agosto]

### **II PARTE**

**Após a audição**

1. Apreciação e votação das Actas n.º 22/XII/2011 e n.º 23/XII/2011;
2. Informações;
3. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito da apreciação de iniciativas legislativas:
  - Projecto de Lei n.º 99/XII/1.ª (PS), sobre o Acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia.
  - Projecto de Lei n.º 102/XII/1.ª (PSD), que Proceda à alteração à Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto relativa ao Acompanhamento, Apreciação e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do Processo de Construção da União Europeia.  
Deputado Autor de Parecer: João Serpa Oliva (CDS-PP).
4. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:
  - Relatório e parecer da Comissão de Agricultura e Mar sobre a Proposta alterada de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera os Regulamentos (CE) n.º 1290/2005 e (CE) n.º 1234/2007 do Conselho no que

- respeita à distribuição de géneros alimentícios às pessoas mais necessitadas da União [COM(2011)634]. Deputado Autor de Parecer: Carlos São Martinho (PSD).
- Relatório e parecer das Comissões de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e de Economia e Obras Públicas sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo a um direito europeu comum da compra e venda [COM(2011)635]. Deputado Autor de Parecer: Alberto Costa (PS).
  - Relatório e parecer das Comissões de Economia e Obras Públicas e de Segurança Social e Trabalho sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece disposições específicas relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e ao objectivo de Investimento no Crescimento e no Emprego, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1080/2006 [COM(2011)614]. Deputado Autor de Parecer: João Serpa Oliva (CDS-PP).
  - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho relativamente a determinadas disposições aplicáveis a mecanismos de partilha de riscos para Estados-Membros afectados ou ameaçados por graves dificuldades no que diz respeito à sua estabilidade financeira [COM (2011)655]. Deputado Autor de Parecer: Francisco Assis (PS).
  - Relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre o Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Relatório de 2010 sobre a aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais da UE [COM(2011)160]. Deputado Autor de Parecer: João Lobo (PSD).
  - Relatório e parecer da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Cultura sobre a COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: Um quadro europeu para as estratégias nacionais de integração dos ciganos até 2020 [COM(2011)173]. Deputada Autora de Parecer: Maria Ester Vargas (PSD).
  - Relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à conclusão do Acordo sobre certos aspectos dos serviços aéreos entre a União Europeia e a República da Turquia [COM(2011)414]. Deputada Autora de Parecer: Ana Catarina Mendonça Mendes (PS).

- Relatório e parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à adesão da União ao Regulamento n.º 29 da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa sobre as prescrições uniformes relativas à homologação de veículos no que diz respeito à protecção dos ocupantes da cabina de um veículo comercial [COM(2011)442]. Deputado Autor de Parecer: João Serpa Oliva (CDS-PP).
5. Apreciação do relatório referente à participação da Assembleia da República na Conferência sobre o quadro financeiro plurianual 2014-2020, organizada pela Comissão Europeia, pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu (representante da CAE - Deputado Paulo Mota Pinto).
6. Outros assuntos.

### **III PARTE**

**11h30**

Audição do Deputado ao Parlamento Europeu Carlos Coelho, sobre o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça ao nível da União Europeia

[nos termos do estatuído na alínea c) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei 43/2006, de 25 de Agosto]

### **IV PARTE**

**Após o Plenário**

Audição do Sr. Ministro de Estado e das Finanças após os últimos Conselhos da União Europeia (Assuntos Económicos e Financeiros - ECOFIN)

[nos termos do estatuído na alínea d) do n.º 1 do Artigo 4.º da Lei 43/2006, de 25 de Agosto]

[Reunião conjunta com as Comissões de Orçamento, Finanças e Administração Pública e de Economia e Obras Públicas]

**I PARTE**

**09h00**

**Audição do Senhor Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, Dr. Miguel Morais Leitão, antes do Conselho Europeu de 9 de Dezembro**

**[Nos termos do estatuído na alínea c) do n.º 1 do Artigo 4.º da Lei 43/2006, de 25 de Agosto]**

O Sr. Presidente da Comissão, Deputado Paulo Mota Pinto, começou por dar as boas vindas ao Sr. Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, enquadrando a audição nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 4.º da Lei 43/2006, de 25 de Agosto, que prevê a audição do Governo previamente à realização de um Conselho Europeu. De seguida, passou a palavra ao Sr. Secretário de Estado, para uma intervenção inicial. O Sr. Secretário de Estado deu conta dos pontos constantes da Ordem do Dia do Conselho Europeu de 9 de Dezembro, focando-se, em particular nos pontos referentes à política económica, ao dossier energia e, ainda ao relatório da Presidência polaca sobre os trabalhos desenvolvidos no âmbito das negociações do próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP). Em particular quanto ao primeiro ponto, deu conta das principais questões em cima da mesa, nomeadamente em sede de disciplina orçamental, de reforço do PEC, do segundo pacote de governação económica e do início do segundo semestre europeu. Referiu, ainda, que seria apresentado um relatório pelo Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, na sequência do mandato conferido após o Conselho Europeu de 26 de Outubro último para identificar os passos necessários com vista ao reforço da união económica, consentânea com a união monetária.

De seguida, o Sr. Presidente abriu uma primeira ronda de intervenções dos Grupos Parlamentares.

Começou por usar da palavra o Sr. Deputado Vitalino Canas (PS), que colocou questões quanto aos resultados do Conselho Europeu e as consequências daí decorrentes; a possível revisão, formal ou não, dos tratados e a necessidade de uma Convenção para esse efeito; e, ainda, a proposta de introdução de sanções automáticas decorrentes do incumprimento, por parte de Estados-Membros, das regras em matéria de união económica e monetária.

O Sr. Secretário de Estado usou, de seguida, a palavra, dando conta das possibilidades de formato quanto à revisão dos Tratados em matéria de reforço do processo orçamental, com ou sem necessidade de ratificação nos Estados-Membros, consoante o formato a seguir, sendo preferido um processo tão inclusivo quanto possível. Em matéria de autenticidade das sanções, recordou tratar-se de um mecanismo previsto no pacote de governação económica, alargado a um maior número de casos.

De seguida, usou da palavra o Sr. Deputado António Rodrigues (PSD), que colocou questões quanto à oportunidade do Conselho Europeu e consequências das decisões a serem tomadas, a discussão sobre um eventual directório que dirige a União Europeia, tendo ainda intervindo quanto ao desenvolvimento da estratégia Europa 2020 e o processo de negociações do próximo QFP.

O Sr. Secretário de Estado reiterou a importância dos Conselhos Europeus e o processo normal de consultas quanto à tomada de decisões na UE, dando conta, posteriormente, de informações quanto ao processo em curso de negociações com vista ao próximo QFP e a previsível conclusão das mesmas até ao final de 2012.

Posteriormente, interveio o Sr. Deputado José Manuel Rodrigues (CDS-PP), que colocou questões quanto à possível revisão dos Tratados e a necessidade de promoção de consensos, bem como a proposta de constitucionalização dos máximos de dívida pública e o visto prévio aos orçamentos nacionais.

O Sr. Secretário de Estado subscreveu a importância da procura de consensos, prestando, de seguida, algumas informações quanto ao processo de tomada de decisões do mecanismo europeu de estabilidade, bem como as maiorias necessárias de decisão. Enfim, recordou as disposições previstas no semestre europeu em matéria orçamental, bem como as evoluções das propostas na matéria objecto da questão do visto prévio e as recomendações já feitas aos Estados-Membros com base nos respectivos PEC.

De seguida, usou da palavra a Sra. Deputada Ana Drago (BE), que contestou a falta de transmissão à Assembleia da República da posição política do Governo português nas matérias em debate; questionou, posteriormente, o Sr. Secretário de Estado quanto à aplicação de regras orçamentais idênticas a economias muito diferentes, ao automatismo de sanções e respectivas consequências.

O Sr. Secretário de Estado usou da palavra, recordando a intervenção anterior em matéria de sanções automáticas, recordando que o esforço de consolidação orçamental deverá ser feito por cada Estado-Membro.

O Sr. Presidente da Comissão abriu, de seguida, uma segunda ronda de intervenções dos Grupos Parlamentares.

Começou por usar da palavra o Sr. Deputado Alberto Costa (PS), que interveio dando conta do deficiente desempenho das instituições comunitárias e das alterações breves feitas – nomeadamente quanto ao artigo 136.º, ainda em curso e já inserida num debate de revisão dos tratados. O Sr. Deputado considerou que um processo decisório rápido, aliado a uma discussão prolongada, não produz sucesso. Para tal, exortou o Sr. Secretário de Estado a que a posição de Portugal seja a de defesa de um processo de revisão ordinária dos tratados, com abertura de uma Convenção e no âmbito da qual os Parlamentos nacionais sejam envolvidos. No caso português, considerou que a posição deverá ser clara e após um debate público o mais aberto e amplo possível. Posteriormente, interveio o Sr. Deputado Carlos São Martinho (PSD), que deu nota das expectativas quanto ao próximo Conselho Europeu, questionando o Sr. Secretário de Estado quanto à possibilidade de a UE começar a caminhar a duas ou mais velocidades. De seguida, interveio o Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP), colocando uma questão sobre se o eventual processo de revisão dos tratados avançará a 27 ou num grupo mais pequeno de Estados-Membros, bem como sobre os próximos passos em matéria de novas adesões à UE, e a evolução do espaço Schengen. Posteriormente, interveio o Sr. Deputado Vitalino Canas (PS), sublinhando, face a uma intervenção anterior, não parecer necessário um processo de revisão dos tratados mas que, a ocorrer, este deveria ser feito através do processo adequado. Enfim, questionou o Sr. Secretário de Estado quanto à percepção sobre um quadro normativo “equivalente” à Constituição, conforme já referido, para a constitucionalização do valor máximo da dívida pública., bem como sobre o automatismo das sanções e a sua inserção no contexto da revisão dos tratados.

O Sr. Secretário de Estado respondeu em bloco às diversas questões colocadas, prestando informações quanto às posições dos Estados-Membros com vista ao processo de revisão dos tratados, através do Protocolo 12 ou de um processo ordinário, dando conta da posição prudente do Governo nesta matéria. Quanto à formulação do “documento equivalente”, considerou que tal será alvo de debate. Sobre as questões

colocadas pelo Sr. Deputado Carlos São Martinho (PSD), deu conta da posição do Governo de defesa de uma revisão envolvendo os 27 Estados-Membros. Sobre processos de adesão, recordou a assinatura da adesão da Croácia durante o Conselho Europeu, bem como dos desenvolvimentos quanto à concessão do estatuto de candidato à Sérvia. Enfim, quanto ao espaço Schengen, recordou o cumprimento dos requisitos por parte da Bulgária e Roménia.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) colocou uma questão quanto às reservas apresentadas pelos países contribuintes líquidos em matéria de negociações do próximo QFP, tendo o Sr. Secretário de Estado precisado que as reservas haviam sido suscitadas quanto ao relatório apresentado pela Presidência polaca, tendo ainda prestado informações quanto ao trabalho de análise feito pelo Governo da proposta da Comissão Europeia quanto ao QFP e as negociações em curso em Bruxelas.

Não se registando intervenções adicionais, o Sr. Presidente da Comissão deu por terminada a audição. A audição foi integralmente gravada em suporte áudio e vídeo, podendo as gravações e a apresentação efectuada ser acedidas através da [página internet](#) da Comissão de Assuntos Europeus.

## II PARTE

### Após a audição

#### 1. Apreciação e votação das Actas n.º 22/XII/2011 e n.º 23/XII/2011

As actas n.º 22/XII/2011 e n.º 23/XII/2011, referentes às reuniões de 28 e 29 de Novembro, respectivamente, foram votadas e aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e do BE.

#### 2. Informações

O Sr. Presidente deu conta da distribuição, à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, do Livro Verde sobre a viabilidade da introdução de obrigações de estabilidade, cujo período de consulta pública decorre até 8 de Janeiro de 2012 (tendo a 5.ª Comissão um prazo de pronúncia até 20 de Dezembro). O Sr. Deputado

Vitalino Canas (PS) sugeriu, dada a relevância do tema, a realização de audições com vista à análise das possibilidades que o Livro Verde coloca em cima da mesa, proposta que foi subscrita pelo Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD), que sugeriu, adicionalmente, a designação de dois relatores, um da área do Governo e um da área da oposição, sugestão aceite pelos Srs. Deputados presentes, pelo que foram nomeados os Senhores Deputados Nuno Matias (PSD) e Vitalino Canas (PS). Quanto à realização de audições, o Sr. Presidente informou que a Mesa aguardaria sugestões dos relatores.

De seguida, na sequência do envio das agendas dos Conselhos sectoriais às Comissões especializadas permanentes, com vista ao cumprimento da disposição da Lei que prevê a realização de reuniões conjuntas entre a CAE, a Comissão competente em razão da matéria e o membro do Governo competente, na semana anterior ou posterior à data de realização do respectivo Conselho, o Sr. Presidente informou que CAE reuniria, com a 6.ª Comissão, para a realização de uma audição ao Sr. Secretário de Estado da Energia após o Conselho Transportes, Telecomunicações e Energia (ocorrido a 24 de Novembro), na terça-feira seguinte, pelas 15h.

Enfim, o Sr. Presidente recordou a questão suscitada na reunião anterior da Comissão quanto ao agendamento de um Conselho Assuntos Gerais no âmbito do qual seria discutido o futuro da Política da Coesão, tendo informado que esse Conselho se realizaria a 16 de Dezembro, constando esse ponto na Ordem do Dia, que fora, como habitualmente, já distribuída às Senhoras e Senhores Deputados da Comissão.

### **3. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito da apreciação de iniciativas legislativas:**

- Projecto de Lei n.º 99/XII/1.ª (PS), sobre o Acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia.
- Projecto de Lei n.º 102/XII/1.ª (PSD), que Procede à alteração à Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto relativa ao Acompanhamento, Apreciação e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do Processo de Construção da União Europeia.

Deputado Autor de Parecer: João Serpa Oliva (CDS-PP).



O Sr. Deputado João Serpa Oliva apresentou, em primeiro lugar, o parecer elaborado ao Projecto de Lei n.º 99/XII/1.<sup>a</sup> (PS), dando conta das principais disposições constantes da iniciativa. De seguida, apresentou o parecer elaborado ao Projecto de Lei n.º 102/XII/1.<sup>a</sup> (PSD), dando conta das principais disposições constantes da iniciativa, em particular os aspectos diferenciadores face à iniciativa anterior. O Sr. Deputado João Serpa Oliva deu conta, relativamente a ambas as iniciativas, da qualidade das Notas Técnicas elaboradas.

Não se registando intervenções, os pareceres foram submetidos a votação e aprovados por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e do BE.

#### **4. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:**

- Relatório e parecer da Comissão de Agricultura e Mar sobre a Proposta alterada de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera os Regulamentos (CE) n.º 1290/2005 e (CE) n.º 1234/2007 do Conselho no que respeita à distribuição de géneros alimentícios às pessoas mais necessitadas da União [COM(2011)634].  
Deputado Autor de Parecer: Carlos São Martinho (PSD).

O Sr. Deputado Carlos São Martinho (PSD) apresentou o parecer à iniciativa supra-referida, recordando o historial do programa e a evolução de posições registada recentemente, chamando a atenção para o ponto 4 da Parte III. Não se registando intervenções, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e do BE.

- Relatório e parecer das Comissões de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e de Economia e Obras Públicas sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo a um direito europeu comum da compra e venda [COM(2011)635].  
Deputado Autor de Parecer: Alberto Costa (PS).

O Sr. Deputado Alberto Costa (PS) apresentou o parecer à Proposta de Regulamento supra-citada, dando conta da análise efectuada ao cumprimento dos princípios da

subsidiariedade e da proporcionalidade, as questões suscitadas nos pareceres da 1.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> Comissões, bem como os pareceres da *House of Commons* e do *Bundesrat*, pelos quais agradeceu a colaboração dos serviços. O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) subscreveu o parecer apresentado pelo Deputado autor do Parecer, tendo o Sr. Deputado João Lobo (PSD) informado da existência de um estudo sobre matéria semelhante, do Sr. Professor Sousa Ramos, antecipando algumas das questões em debate. Não se registando intervenções adicionais, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e do BE.

- Relatório e parecer das Comissões de Economia e Obras Públicas e de Segurança Social e Trabalho sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece disposições específicas relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e ao objectivo de Investimento no Crescimento e no Emprego, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1080/2006 [COM(2011)614].

Deputado Autor de Parecer: João Serpa Oliva (CDS-PP).

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) apresentou o parecer referente à iniciativa COM(2011)614 que, não tendo suscitado intervenções, foi votado e aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e do BE.

- Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho relativamente a determinadas disposições aplicáveis a mecanismos de partilha de riscos para Estados-Membros afectados ou ameaçados por graves dificuldades no que diz respeito à sua estabilidade financeira [COM (2011)655].

Deputado Autor de Parecer: Francisco Assis (PS).

O Sr. Deputado Francisco Assis (PS) apresentou o parecer, dando conta das principais questões levantadas na alteração dos pesos de comparticipação e, no presente caso, da partilha de riscos por países afectados ou ameaçados por graves dificuldades no que diz respeito à sua estabilidade financeira. Não se registando intervenções, o parecer foi votado e aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e do BE.

A reunião ordinária da Comissão foi entretanto interrompida, passando a apreciação dos pareceres seguintes e dos pontos 5 e 6 para a reunião ordinária seguinte da Comissão.

### III PARTE

11h30

#### **Audição do Deputado ao Parlamento Europeu Carlos Coelho, sobre o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça ao nível da União Europeia**

**[nos termos do estatuído na alínea c) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei 43/2006, de 25 de Agosto]**

A audição decorreu conjuntamente com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, competente em razão da matéria. A audição foi integralmente gravada em suporte áudio e vídeo e encontra-se acessível na [página internet](#) da Comissão de Assuntos Europeus, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus deu início à audição, saudando o Sr. Deputado ao Parlamento Europeu, Carlos Coelho, e referindo a importância da realização destas audições, bem como da presença da 1.ª Comissão.

De seguida tomou a palavra o Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Deputado Fernando Negrão (PSD), que também proferiu algumas palavras de circunstância e reiterou a importância da realização de debates no âmbito do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça.

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus passou, de seguida, a palavra ao Sr. Deputado ao Parlamento Europeu, Carlos Coelho, para uma intervenção inicial, que foi acompanhada por uma apresentação em powerpoint<sup>1</sup>.

Após a apresentação, intervieram os Srs. Deputados António Rodrigues (PSD), António Filipe (PCP), João Serpa Oliva (CDS-PP), Cecília Honório (BE) e Sérgio Azevedo (PSD)

---

<sup>1</sup> A apresentação pode, igualmente, ser consultada na página internet da Comissão de Assuntos Europeus.

tendo o Sr. Deputado ao Parlamento Europeu respondido e tecido comentários sobre a generalidade dos aspectos focados após cada uma das intervenções.

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus deu ainda a palavra às Sras. Deputadas Isabel Oneto (PS) e Tereja Anjinho (CDS-PP) para as intervenções finais. O Sr. Deputado ao Parlamento Europeu interveio para responder, em bloco, às questões colocadas.

Antes de terminar a audição, o Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus agradeceu a presença do Sr. Deputado ao Parlamento Europeu, bem como pelos esclarecimentos prestados e os comentários efectuados. Do mesmo modo, agradeceu aos Srs. Deputados de ambas as Comissões pelas questões e comentários efectuados.

A audição terminou às 13h20, tendo a reunião sido interrompida até após o plenário.

#### **IV PARTE**

##### **Após o Plenário**

##### **Audição do Sr. Ministro de Estado e das Finanças após os últimos Conselhos da União Europeia (Assuntos Económicos e Financeiros - ECOFIN)**

**[nos termos do estatuído na alínea d) do n.º 1 do Artigo 4.º da Lei 43/2006, de 25 de Agosto]**

**[Reunião conjunta com as Comissões de Orçamento, Finanças e Administração Pública e de Economia e Obras Públicas]**

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Paulo Mota Pinto, deu as boas-vindas ao Senhor Ministro de Estado e das Finanças, bem como ao Sr. Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, Sr. Deputado Eduardo Cabrita, e ao Sr. Vice-Presidente da Comissão de Economia e Obras Públicas, Sr. Deputado Hélder Amaral, e às Senhoras e Senhores Deputados presentes. De seguida, passou a palavra ao Sr. Ministro para uma intervenção inicial.

O Sr. Ministro deu conta dos principais resultados dos últimos Conselhos ECOFIN, nomeadamente no contexto do segundo Semestre Europeu, do pacote da Governação

Económica aprovado e da apresentação do segundo pacote, dos programas de assistência financeira aos países em maiores dificuldades e da expansão do Fundo Europeu de Estabilização Financeira, entre outros.

O Sr. Presidente da CAE abriu, de seguida, um período de debate. Na primeira ronda de questões, intervieram os Senhores Deputados Vitalino Canas (PS), Carlos Costa Neves (PSD), João Serpa Oliva e Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP), Honório Novo (PCP), Ana Drago (BE) e Heloísa Apolónia (PEV), tendo o Senhor Ministro usado da palavra para responder, individualmente, a cada um dos Senhores Deputados.

Seguiu-se uma segunda ronda, na qual solicitaram esclarecimentos adicionais os Senhores Deputados João Galamba (PS), Jorge Paulo Oliveira (PSD), Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP), Honório Novo (PCP) e Ana Drago (BE), tendo o Senhor Ministro intervindo para responder, em conjunto, às questões colocadas.

Terminada a audição, o Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus agradeceu a presença do Senhor Ministro, bem como das Senhoras e Senhores Deputados presentes das Comissões de Assuntos Europeus, de Orçamento, Finanças e Administração Pública e de Economia e Obras Públicas.

A audição foi integralmente gravada em suporte áudio e vídeo, podendo as gravações ser acedidas através da [página internet](#) da Comissão de Assuntos Europeus.

A reunião foi encerrada às 21:45 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 7 de Dezembro de 2011.

**O PRESIDENTE**

**PAULO MOTA PINTO**

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa  
Ana Catarina Mendonça Mendes  
Ana Drago  
António Rodrigues  
Carlos Costa Neves  
Carlos São Martinho  
Cláudia Monteiro de Aguiar  
Francisco de Assis  
Honório Novo  
João Lobo  
João Serpa Oliva  
José Manuel Rodrigues  
Maria Ester Vargas  
Maria Helena André  
Nuno Filipe Matias  
Paulo Mota Pinto  
Pedro Silva Pereira  
Rosa Maria Albernaz  
Sérgio Azevedo  
Vitalino Canas  
Bruno Coimbra  
Cristóvão Norte  
José Lino Ramos  
Laura Esperança  
Lídia Bulcão  
Paulo Pisco

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Marques